

FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA – FACCAMP

DE ESCRAVO A TRABALHADOR LIVRE

OS PERÍODOS PRÉ E PÓS ABOLIÇÃO EM SÃO PAULO

1870 – 1900

FLÁVIA ROSSI NEGRO

Campo Limpo Paulista

Novembro de 2010

FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA – FACCAMP

DE ESCRAVO A TRABALHADOR LIVRE

OS PERÍODOS PRÉ E PÓS ABOLIÇÃO EM SÃO PAULO

1870 – 1900

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de História da Faculdade Campo Limpo Paulista – Faccamp como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Profº Dr. Antonio Reis

FLÁVIA ROSSI NEGRO

Campo Limpo Paulista

Novembro de 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter colocado em meu caminho, pessoas que com suas ideias, críticas e incentivos, contribuíram indefinidamente para que este trabalho fosse realizado.

EPÍGRAFE

“A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem , criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”

Florestan Fernandes

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da inserção do negro no mercado de trabalho livre logo após a abolição da escravatura. Foi realizado um levantamento dos fatos ocorridos no período que antecede a assinatura da Lei áurea em 1888 focando as manifestações dos escravos contra o regime e a estrutura do modo de produção tanto no período pré – abolição, como no pós – abolição na zona rural e na zona urbana para que possamos entender o motivo pelo qual os negros foram substituídos pelos imigrantes. Para buscar essa resposta, foi feito o levantamento de uma bibliografia e sua leitura foi focada no que os autores nos diziam a respeito desta problemática, além da análise de fontes primárias transcritas nos livros. A comparação e a análise da visão de diversos autores estudiosos do tema nos esclarece sobre a formação da mentalidade da elite dos fins do século XIX, principal barreira a ser transposta pelos negros após terem vencido a batalha contra a escravidão.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1 – A Abolição.....	10
1.1 – A luta dos escravos.....	10
1.2 – O movimento abolicionista.....	12
1.3 – A abolição formalizada.....	15
Capítulo 2 – O Período Pré – Abolição.....	17
2.1 – O trabalho na zona rural.....	17
2.2 – O trabalho na zona urbana.....	19
Capítulo 3 – O Período Pós – Abolição.....	21
3.1 – O trabalho na zona rural.....	21
3.2 – O trabalho na zona urbana.....	22
3.3 – A mulher negra no mercado de trabalho.....	25
Considerações finais.....	27
Referências Bibliográficas.....	29
Anexo.....	30

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a bibliografia levantada para realizar um estudo que procure compreender, na fase de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o motivo pelo qual os negros foram excluídos do mercado de trabalho sendo substituídos pelos imigrantes europeus.

Se havia mão de obra em abundância em São Paulo, tanto de escravos que se libertavam como de nacionais livres, por que não foi feito um investimento para que esses brasileiros se inserissem no mercado de trabalho ao invés de se importar mão de obra estrangeira, fazendo com que a massa de egressos da escravidão se marginalizasse?

A ideia é estudar e comparar a visão de todos os autores citados na bibliografia a fim de buscar respostas que justifiquem essa troca de mão de obra nacional pela estrangeira, fator que resultou na exclusão do negro do mercado de trabalho livre e sua marginalização.

Esse estudo pode nos levar a pensar em nossa sociedade atual, se questionarmos por que há tanta desigualdade e pobreza hoje, com certeza as respostas encontradas nesta pesquisa podem fazer parte dos fatores que expliquem nossa atual desigualdade social.

A princípio este trabalho deveria ser sobre a região de Jundiaí. Logo que o tema foi escolhido, começaram as buscas pelas fontes em vários locais a fim de encontrar material para a pesquisa. Conversamos com várias pessoas que contavam histórias e casos da época da Abolição na cidade, mas a grande frustração foi a de não termos encontrado fontes possíveis de serem pesquisadas para fundamentar o trabalho regional.

Foram visitados vários locais: o Museu Histórico e Cultural de Jundiaí, o Museu da Companhia Paulista, a Cúria Diocesana de Jundiaí, o Clube 28 de Setembro, a sede do Grupo Zama e o Arquivo do Estado de São Paulo na busca por fontes primárias.

Há muito o que se falar sobre o tema em Jundiaí, mas este trabalho só poderia ser realizado com uma equipe de profissionais e com os investimentos necessários, visto que as fontes têm que ser garimpadas em meio a documentos de

uma época que não se encontram em um só local.

Um exemplo de fonte primária que o Museu Histórico e Cultural de Jundiaí possui são as Atas da Câmara dos Vereadores. O contato com esses livros, nos fez perceber que seria um trabalho impossível de ser realizado em nossas condições, seria necessário analisar livros manuscritos do século XIX, onde constam os registros das reuniões em que os vereadores tratavam de todo tipo de problema da cidade.

Outra tentativa foi a busca por jornais, esta teve que ser feita no Arquivo do Estado de São Paulo, onde não foi encontrado nenhum exemplar regional da época, somente jornais de São Paulo como o *Correio Paulistano* ou *A Província de São Paulo*, estes em grande parte, são arquivados na íntegra, em forma de microfilme. O acesso a alguns exemplares nos fez perceber que também seria impossível buscar informações sobre o tema no tempo hábil, já que seria necessária a leitura de todos os jornais na íntegra para encontrarmos possíveis fontes.

Portanto não podemos dizer que não encontramos fontes sobre a região de Jundiaí, mas sim que o material encontrado e disponível merece muito mais atenção, dedicação e tempo para ser pesquisado.

Visto que a bibliografia indicada é rica em informações sobre o tema na região de São Paulo, inclusive com transcrições de fontes primárias, que pudemos também analisar, o foco foi transferido para essa região. Embora tenha permanecido a vontade de se escrever sobre Jundiaí, nossa dedicação se voltou em aproveitar a bibliografia já estudada e fazer uma releitura, focando no que os autores diziam a respeito da problemática do negro no mercado de trabalho no período de 1870 a 1900.

No primeiro capítulo, veremos como foi o processo para se chegar à Abolição desde 1870 até 1888 quando é assinada a lei áurea, mostrando que esta não se deu rapidamente, mas sim com um conjunto de fatores relativos à resistência dos negros à escravidão e à campanha abolicionista que resultaram na aprovação da Lei no parlamento por não restar outra opção, visto que o regime escravista já estava falido em consequência das fugas dos escravos.

No segundo capítulo, veremos a desestruturação do regime escravista na zona rural, resultado da luta dos negros contra a escravidão e faremos uma análise

do mercado de trabalho na zona urbana. Não há como entender o período pós – abolição sem antes analisarmos essa fase anterior tanto na zona rural como na zona urbana.

No terceiro capítulo estudaremos o mercado de trabalho na zona rural e na zona urbana no período pós – abolição, as consequências de todo o processo, que resultou no fim do regime escravista, além da importância da mulher na questão da sobrevivência da família negra.

Por fim, a análise das respostas encontradas para a problemática da substituição da mão de obra nacional pela estrangeira, que dificultou imensamente a inserção do negro na sociedade de classes.

CAPÍTULO 1

1 – A ABOLIÇÃO

1.1 – A LUTA DOS ESCRAVOS

O curto período delimitado entre o ano de 1885 à 1888 é apresentado pela historiografia como decisivo para o término da escravidão no Brasil. É nesta fase que acontecem as maiores revoltas e fugas dos escravos, além de se caracterizar como a fase do auge do movimento abolicionista. (AZEVEDO, 2008). Para esta autora, a história tradicionalmente é contada como se as rebeliões e as fugas não se consumassem, como se todo o movimento de libertação de escravos ocorresse somente com o apoio e liderança dos abolicionistas, como se o escravo fosse sujeito passivo de sua própria história. Sabemos, contrariamente, que o negro – escravo, livre ou liberto – protagonizou o processo.

Azevedo (2008) cita alguns pensamentos de abolicionistas para explicar esse fato, como o de Joaquim Nabuco, falando sobre os escravos: “representantes autoproclamados de uma raça amordaçada pelo cativo e incapacitada de fazer seus reclamos.” (AZEVEDO, 2008, p. 153) e do jornal abolicionista “*A Redenção*” que publicava que os negros, sejam escravos ou sejam livres, não se engajavam na luta contra a escravidão. A autora faz uma crítica a esses abolicionistas, afinal eles faziam parte da elite e estavam longe do cotidiano dos negros das senzalas e dos movimentos sociais e culturais, que naquela época eram tidos como desordem. Hoje sabemos que eram formas de resistência.

Azevedo (2008) cita outra vertente de pesquisadores para o estudo do fim da escravidão no Brasil. Estes pesquisadores deixam em segundo plano a luta de classes entre senhores e escravos e tratam das mudanças na sociedade, na política e na economia. Não que as lutas contra a abolição não fossem importantes, mas segundo esses pesquisadores, não foram fatores determinantes para que a Abolição se consumasse. Estes focam a classe dominante e a classe média modernizadora como agentes ativos capazes de entender as contradições do regime escravista, o capitalismo e o desenvolvimento econômico do país. A autora também critica essa linha de pesquisa, afinal se esses estudos privilegiam as classes dominantes,

também adquirem ou podem representar suas ideias.

Azevedo (2008) vem contrapor essas duas linhas de pesquisa em seu estudo, colocando o negro como personagem principal na história da Abolição e não como sujeito passivo ou auxiliar como sempre fora visto.

Na década de 1870, cresce o número de crimes cometidos por escravos, geralmente homicídios, cometidos individualmente ou em pequenos grupos, contra seus senhores, feitores ou administradores das fazendas. Já na década de 1880, a proporção aumenta, começam as insurreições e fugas em massa das fazendas, além do movimento abolicionista que cresce cada vez mais, principalmente em São Paulo e Santos.

“(…) as áreas rurais eram atravessadas por bandos de negros armados e dispostos a tudo para se verem livres do cativeiro. Em sua caminhada pelas vilas, cidades, estradas, veredas e matas, um grupo inicial de escravos que se retirava de alguma fazenda era engrossado por outros, para grande alarme dos proprietários que já não tinham mais quase como tocar suas produções. Além disso, é fácil imaginar como esses ex-senhores e suas famílias se sentiam ameaçados por aquelas levas de negros que vagavam livremente pelo campo fora de qualquer controle institucional.” (AZEVEDO, 2008, p. 179).

Os escravos que fugiam das fazendas, seguiam rumo a Santos – cidade que já estava redimida da escravidão e onde não mais se tolerava a existência de escravos - onde havia o quilombo do Jabaquara. Nesta região, quase não existiam mais escravos e o movimento abolicionista havia tomando grandes proporções. Mas havia também os escravos que se retiravam das fazendas e continuavam em seus arredores, exigindo de seus ex – senhores a carta de liberdade e o trabalho em troca de salário. (AZEVEDO, 2008).

Segundo Moura (1988), devido as fugas cada vez mais frequentes dos escravos, as fazendas ficam desprovidas de mão de obra, sendo os fazendeiros obrigados a contratar trabalhadores assalariados para suprir suas necessidades. Muitas vezes, esses contratados eram escravos fugidos de outras fazendas, que voltavam para a lavoura, e mesmo às margens da lei, eram contratados como assalariados devido à necessidade de mão de obra dos fazendeiros.

As insurreições e fugas passaram a ser muitas e às vezes simultâneas, com um número de negros cada vez maior, tornando-se impossível de conter. Com base em relatórios de chefes de polícia do interior e do oeste paulista, Azevedo (2008)

analisa esses fatos. Era a “onda negra” que, através de sua rebeldia reivindicava a Abolição, desestruturando o modo de produção escravista.

Apesar da presença de outros fatores como a pressão externa ou o movimento abolicionista terem contribuído para que a Abolição da escravatura enfim se consumasse no dia 13 de maio de 1888, Moura (1988) coloca o escravo como elemento de importância primordial na luta pelo fim da escravidão e lamenta que “os louros da vitória ficaram com a princesa Isabel...” (Moura, 1988, p. 242).

1.2 – O MOVIMENTO ABOLICIONISTA

A respeito do surgimento do movimento abolicionista, Moura (1988), após relatar diversos crimes, revoltas e fugas de escravos, fatos ocorridos em São Paulo durante todo o século XIX, diz que o mesmo surge quando a opinião pública reconhece a falência do regime escravista e a partir daí, crescendo cada vez mais vai unir forças com os escravos que já haviam começado a luta contra a escravidão desde o início do século.

“Era a cobertura de que os escravos das fazendas necessitavam para prosseguirem nas suas revoltas, nas fugas continuadas, agora já com o respaldo de grande parte da opinião pública e da imprensa.” (MOURA, 1988, p. 237).

Nos anos anteriores à Abolição, o movimento abolicionista cresce e ganha o apoio do povo, que acobertava os escravos que fugiam. Apesar de existirem leis contra esse ato, muitos juízes se recusavam a aplicar as penas, as autoridades também se recusavam a receber em suas cadeias escravos fugidos, até que em 1887, os militares manifestam sua “repugnância” em fazer o trabalho de capitães do mato. (MOURA, 1988).

Existiam algumas leis que favoreciam direitos aos escravos mas elas eram facilmente burladas pelos senhores principalmente nas fazendas mais afastadas dos centros urbanos, onde estes somente faziam algumas concessões por medo de perder o escravo pela fuga. Daí a importância do surgimento do movimento abolicionista. (FERNANDES, 1959).

Até a década de 1870, as leis eram elaboradas pelos senhores e a opinião pública também era formada por estes. Somente com o movimento abolicionista é

que os direitos dos escravos começam a ser defendidos, a princípio, timidamente, mas, com a liderança de Luís Gama, começaram as “lutas Judiciárias” e a “ação abolicionista” no foro de São Paulo, conquistando cada vez mais adeptos de todas as camadas sociais, mas, principalmente das camadas populares. (FERNANDES, 1959).

É na década de 1880 que se intensifica a ação em defesa dos escravos, partindo da cidade de São Paulo até as fazendas mais afastadas. (FERNANDES, 1959).

Apesar dos escravos terem agora um movimento a seu favor dentro e fora da Assembleia Legislativa, ainda eram os seus senhores que elaboravam as Leis, tendo como exemplo a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Septuagenários, que davam a “liberdade” aos escravos que se encaixavam em seus requisitos, estes ainda tinham que prestar serviços gratuitos a seus senhores antes de serem libertos, portanto a alforria era apenas teórica. (FERNANDES, 1959).

A Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871 muito nos interessa para o estudo dessa fase de transição, esta Lei não dizia respeito somente à libertação do ventre escravo, mas também concedia alguns benefícios para que o escravo comprasse sua alforria. Segue a transcrição de um trecho abaixo:

“o escravo que, por meio de seu pecúlio obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria”, permitindo ainda “ao escravo, em favor de sua liberdade contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do juiz de órfãos” (FERNANDES, 1959, p. 116).

No primeiro trecho transcrito da Lei, entendemos que o escravo tinha o direito de trabalhar por conta própria nas horas de folga, a fim de juntar dinheiro para comprar sua alforria. No segundo trecho transcrito, a prestação de serviços só é permitida se o senhor e o juiz de órfãos consentirem, ou seja, os interesses dos proprietários de escravos vinham em primeiro lugar.

Muitos escravos após a promulgação desta Lei, conquistaram a alforria por conta própria, principalmente os que viviam na cidade, onde obtinham maiores oportunidades de trabalhar como escravos de ganho. Esses escravos trabalhavam para si nas horas vagas e muitos conquistaram a alforria por conta própria. Esse fator explica o grande número de libertos na cidade de São Paulo no período pré – abolição. (FERNANDES, 1959).

Os adeptos do movimento abolicionista ajudaram no sentido de levar essas informações para as regiões onde não se tinha acesso a elas, de defenderem os direitos dos escravos, de conquistarem alforrias e de vigiarem as injustiças, principalmente em fazendas distantes, onde a vontade do senhor era imposta sem receios. (FERNANDES, 1959).

Sobre o movimento abolicionista, Azevedo (2008) nos diz que apesar de ser constantemente mencionado em todos os livros que se remetem ao tema, ainda foi pouco pesquisado. Pouco se sabe sobre suas reais motivações. Para esta autora, o abolicionismo transmite a ideia de que foi um movimento criado para organizar as fugas dos escravos, conduzi-los para o quilombo e negociar a volta desses escravos foragidos para as fazendas como trabalhadores assalariados. Era um movimento para enfrentar o regime escravista e se contrapor a ele com o desenvolvimento da nova organização de trabalho. (AZEVEDO, 2008).

Para entender os objetivos do movimento abolicionista, Azevedo (2008) analisa exemplares de “*A Redenção*”, jornal que surgiu em 1887 e findou-se em 1888 logo quando se deu a Abolição. Através de sua análise podemos perceber que o movimento abolicionista não está a favor do negro, mas sim contra o regime escravista, possuindo entre seus artigos ainda, ideias racistas. A autora conclui da seguinte forma:

“Em primeiro lugar, a escravidão não tem razão de ser porque não se enquadra na fase atual de progresso e civilização, conseqüentemente, é preciso aboli-la e de forma imediata. Em segundo lugar, é necessário garantir a ordem, sem a qual não há progresso, por ordem, entende-se a abolição acompanhada por medidas capazes de impedir a desordem, isto é, a ação desgovernada dos negros, a abolição com ordem será complementada com elementos do progresso, os imigrantes. Em terceiro lugar, sem a escravidão, as famílias ficarão livres dos negros e os costumes até então pervertidos por eles, encontrarão seu caminho ordeiro” (AZEVEDO, 2008, p. 196).

Com a promulgação da Lei Áurea, que decreta o fim da escravidão no Brasil, o movimento abolicionista tem seu objetivo almejado. Em meio às comemorações e homenagens à princesa Isabel, o principal jornal abolicionista de São Paulo, “*A Redenção*” publica uma nota no *Correio Paulistano* declarando o fim de suas atividades em 15 de maio de 1888, dois dias após a Abolição. (*Correio Paulistano*, 1888).

1.3 – A ABOLIÇÃO FORMALIZADA

Azevedo (2008) faz uma análise desta fase de transição em seu livro focando principalmente a Província de São Paulo nas décadas de 1870 a 1880 para nos mostrar a sua visão deste período quando vários fatos ocorreram para que a Abolição enfim acontecesse no Brasil.

“Até meados da década de 1880 temos como enfoque privilegiado a escravidão, o negro e sua rebeldia, o movimento abolicionista e as sucessivas tentativas imigrantistas, enfim, o chamado momento de transição para o estabelecimento pleno do trabalho livre. A partir da data da abolição, o tema da transição deixa subitamente de existir e o negro, como num passe de mágica, sai de cena, sendo substituído pelo imigrante europeu.” (AZEVEDO, 2008, p. 18).

As fazendas começaram a ficar sem mão de obra, os fazendeiros que obtinham mais condições financeiras, contratavam imigrantes, os demais, tentavam contratar os negros que viviam em Santos, em vão, porque estes na maior parte, estavam ligados á causa da Abolição e não voltariam para as fazendas antes que esta se consumasse, a libertação. Azevedo (2008) cita o depoimento do deputado Campos Salles em Janeiro de 1888 que diz:

“Esse movimento (de emancipação) tem sido tão grande que eu, sr. Presidente, já me animo a calcular que não resta, na província de S. Paulo, senão um terço de seus escravos, para receber a sua liberdade completa. Portanto, ninguém pode ter medo de errar, conjeturando que, quando em maio deste ano se abrir o parlamento, não haverá um só escravo nesta província.” (AZEVEDO, 2008, p. 186).

Na época, se comparava as rebeliões dos escravos a uma guerra civil, a maior parte dos escravos da Província de São Paulo já estava livre, ás margens da lei, por méritos próprios, não restava nada mais aos parlamentares, senão a votação da Lei da Abolição, que foi decretada em 13 de Maio de 1888. (AZEVEDO, 2008).

Para entendermos o período pós – abolição, é fundamental analisarmos a princípio essa fase de transformação em toda a Província de São Paulo, afinal os fatos ocorridos nas fazendas do interior de São Paulo ecoavam na Assembleia Legislativa da Capital, influenciando nas decisões que ali seriam tomadas pelos parlamentares.

Para Fernandes (2008), com a Abolição a atenção dos senhores se volta para seus próprios interesses. A grande preocupação era com a mão de obra para o trabalho na lavoura e as indenizações que reivindicavam por terem perdido suas

propriedades (os escravos) e não o futuro ou a integração do negro no mercado de trabalho.

A Abolição foi feita no Brasil sem que houvesse cuidados e apoio para com os libertos, sendo que estes passaram a ser responsáveis por si e por sua família sem ter a mínima estrutura moral nem material para se inserir no novo modo de vida. Segundo Fernandes (2008), com o fim da escravidão, se eximiu a responsabilidade dos senhores em relação aos seus escravos e nenhuma outra instituição, nem mesmo o Estado assumiram o papel de preparar o ex – escravo para essa transição. “Essas facetas da situação humana do antigo agente de trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel” (FERNANDES, 2008, p. 29).

CAPÍTULO 2

2 – O PERÍODO PRÉ – ABOLIÇÃO

2.1 – O TRABALHO NA ZONA RURAL

Durante toda a década de 1870, vários foram os debates na Assembleia Legislativa da Província de São Paulo a fim de se solucionar o problema da falta de mão de obra nas fazendas. Havia os deputados que defendiam o aproveitamento do nacional livre e outros que defendiam a imigração. Nesta década, a campanha pela imigração ainda não estava consolidada, podemos ver na transcrição de um debate que ocorreu na Assembleia Legislativa no ano de 1870, que consta no Anexo deste trabalho, os argumentos utilizados pelos imigrantistas desfavorecendo o nacional e apenas um deputado, apoiado por outro, em defesa deste. (AZEVEDO, 2008).

Esta discussão foi gerada em torno de um projeto apresentado por Rodrigo da Silva, Antonio Prado e mais sete parlamentares e incentivava a imigração, subsidiada pelo Estado, de europeus ou norte – americanos auxiliando financeiramente fazendeiros que mandassem vir esses colonos ou custeando a passagem de imigrantes que comprassem terras para fins agrícolas em São Paulo. Este projeto não mencionava nenhum benefício para o nacional livre, favorecendo apenas a imigração.

Podemos perceber já no início de 1870, o preconceito e o pouco caso dos deputados imigrantistas em relação à mão de obra nacional, que era composta em sua maioria por negros e mestiços libertos. No entanto, somente na década de 1880 que a campanha imigrantista se consolida, embasada principalmente em teorias raciais. (AZEVEDO, 2008).

“Mesmo o tema do aproveitamento do nacional, que durante todo o século ocupou tanto espaço de debates parlamentares e preencheu tantos livros, foi deixado de lado e praticamente caiu no esquecimento. Agora, quase todas as mentes e corações voltavam-se para a imigração europeia, dando vazão aos sonhos de trocar o negro pelo branco, de transformar a “raça brasileira” e, no caso de São Paulo, de valorizar as tão decantadas qualidades “viris” dos paulistas, tornando-a no futuro, uma província branca, capacitada, conseqüentemente, para um franco progresso e desenvolvimento.” (AZEVEDO, 2008, p. 140 – 141).

Azevedo (2008), analisa os anais da Assembleia Legislativa da Província de

São Paulo durante as décadas de 1870 e 1880, e nos mostra como os deputados defendiam fervorosamente a imigração, deixando de lado a questão do nacional livre. Segundo a autora, o último debate em que se tratou do tema foi em 1885, quando o deputado João Bueno apresenta um projeto de extensão ao auxílio concedido para os imigrantes inserindo também o nacional, propondo que este tenha os mesmos benefícios que os imigrantes, com exceção da passagem que era custeada pelo Estado para os imigrantes viajarem para o Brasil. Mas novamente um projeto que favorecia o nacional foi descartado, como mostra a transcrição do mesmo e do debate em que resultou no anexo deste trabalho.

Podemos perceber através dessas transcrições, a opinião já formada dos parlamentares e o modo como se referiam aos nacionais, qualquer argumentação que viesse favorecer esta classe era descartada, via-se a partir daí que nada seria feito em benefício do liberto, que além de ser considerado inferior não possuía as vantagens e auxílios dados aos imigrantes.

A expansão cafeeira em São Paulo comumente com a formação da ideologia racista da elite da época, foram fatores primordiais para a exclusão do negro do mercado de trabalho, sendo este, marginalizado, já que o que ocorreu não foi o preenchimento de vagas na lavoura e sim a substituição de uma mão de obra pela outra. (MOURA, 1988).

Azevedo (2008) faz um estudo partindo dos governantes da época para explicar a distribuição do trabalho no período pré – abolição enquanto Fernandes (2008) parte estudando esta distribuição na prática, conforme as necessidades dos fazendeiros, como veremos adiante.

O trabalho escravo na zona rural já havia sido quase que totalmente decomposto nos anos que precederam a Abolição, com as rebeliões, as fugas em massa, o “não quero” dos escravos, o que levou os fazendeiros a tomarem algumas atitudes a fim de manter a mão de obra para não perder a produção da lavoura.

Fernandes (2008), enumera algumas ações dos fazendeiros como solução emergencial para garantir a mão de obra nas fazendas nesse período tumultuado anterior à Lei da Abolição: “conceder alforria com cláusula de prestação de serviços por tempo determinado” (FERNANDES, 1959, p. 51). Era um contrato que os senhores faziam com seus escravos, obrigando-os a trabalhar por um período que

variava de dois à três anos para enfim conseguir a alforria. Entretanto, esse contrato não alterava a condição do escravo no momento, sob o nosso ponto de vista, era uma ilusão à liberdade. Mais tarde, temerosos em perder a safra, agiram “libertando incondicionalmente os escravos e tomando-os como assalariados nas suas fazendas.” (FERNANDES, 1959, p. 51).

Muitos dos escravos que fugiram, voltaram para oferecer seus serviços nas fazendas, mas a grande maioria migrou para a cidade, procurando um modo de vida que não tivesse sido depreciado pelo regime de trabalho que havia sofrido, como veremos no capítulo 3.

2.2 – O TRABALHO NA ZONA URBANA

Nos anos anteriores à Abolição, é importante estudarmos as ocupações que os escravos exerciam no modo de produção escravista. Alguns dos autores estudados analisam os dados do recenseamento da cidade de São Paulo no ano de 1872 e mostram sua visão para explicar a distribuição de ocupações dos trabalhadores escravos e livres no período anterior à Abolição. O quadro está transcrito também neste trabalho para que possamos fazer a nossa análise.

Condição social	Escravos	Trabalhadores livres	Total
Costureiras	67	583	650
Cant, Calc. E mineiros	1	41	42
Trab. em metais	19	218	237
Trab. em madeiras	33	260	293
Trab. em tecidos	124	856	980
Trab. em edificações	25	130	155
Trab. em vestuários	2	102	104
Trab. em cour. E papel.	30	189	219
Trab. em calçados	5	58	63
Trabalhos agrícolas	826	3747	4563
Criados e jornaleiros	507	2535	3042
Serviços domést.	1304	3506	4810
Sem profissão	677	8244	8921

Fonte: Fernandes, 1959, p. 45.

Fernandes (1959) aponta que já em 1872 o trabalho escravo estava sendo substituído pelo trabalho livre, tendo permanecido somente as ocupações em que o

senhor do escravo poderia alugá-lo a terceiros a fim de gerar renda para si. Mesmo assim, o escravo competia com o trabalhador livre as ocupações no modo de produção da cidade e já em 1872 o censo mostra a desagregação gradual do trabalho escravo devido ao seu número inferior em relação aos trabalhadores livres em todas as áreas.

Moura (1988) analisa o mesmo recenseamento e nos mostra outra visão em relação aos dados. Para ele, os escravos estavam presentes nas mais variadas áreas, exercendo as mesmas ocupações que os trabalhadores livres.

“Os negros não eram somente trabalhadores do eito, que se prestavam apenas para as fainas agrícolas duras e nas quais o simples trabalho braçal era necessário. Na diversificação da divisão do trabalho eles entravam nas mais diversas atividades, especialmente no setor artesanal.”(MOURA, 1988, p. 67).

Analisando o quadro do recenseamento de 1872, podemos constatar a diversificação de funções e tipos de trabalho, embora os escravos sejam minoria em relação aos trabalhadores livres, eles estão presentes em todos os setores e um número mínimo de escravos em relação aos trabalhadores livres é declarado sem profissão. Uma observação que deve ser feita em relação a este recenseamento é que ele não nos diz se os números relativos aos trabalhadores livres são referentes aos nacionais brancos, imigrantes ou libertos, podendo subtender que seria a junção de todos esses trabalhadores. Mas, visto que o movimento imigrantista só veio consolidar-se na década de 1880, como já mencionado anteriormente, é provável que a maioria desses trabalhadores livres sejam nacionais e libertos. O alto número de trabalhadores declarados sem profissão, nos mostra também o excedente de mão de obra que havia disponível na cidade de São Paulo em 1872.

CAPÍTULO 3

3 – O PERÍODO PÓS – ABOLIÇÃO

3.1 – O TRABALHO NA ZONA RURAL

Sobre a zona rural, Fernandes (2008) enumera três fatores para entendermos o destino do liberto na fase de transição. Primeiro: em algumas regiões de São Paulo havia falta de mão de obra e, nessas regiões, o liberto conseguiu permanecer trabalhando nas fazendas como assalariado. Segundo: nas regiões onde havia mão de obra abundante, principalmente de estrangeiros, os escravos que haviam abandonado as fazendas nas fugas da fase final da escravidão foram rapidamente substituídos pelos imigrantes. Terceiro: os fazendeiros encararam o comportamento dos escravos como ato de ingratidão e vingança. (FERNANDES, 2008).

A visão que os fazendeiros tinham do liberto após a Abolição era de que eram maus trabalhadores comparando-se ao imigrante europeu, “faltava ao liberto, portanto, a auto disciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre” enquanto que os imigrantes eram tidos como “poderosos e inteligentes trabalhadores.” (FERNANDES, 2008, p. 90).

O depoimento de um fazendeiro, publicado no jornal *A Província de São Paulo*, nos mostra claramente essa visão que os senhores tinham do comportamento dos ex – escravos:

“Se vão para uma fazenda como camaradas, poucos dias param. São excessivamente exigentes, morosos no trabalho, param a cada momento para fazer cigarro e fumar, nas horas de refeição demoram-se indefinidamente, bem poucos se sujeitam a fazer um feixe de lenha, etc. Qualquer observação que lhes faça recebem como ofensa, e formalizando-se, dizem que são livres, largam a ferramenta, e lá se vão.”(A *Província de São Paulo* apud FERNANDES, 2008, p. 90).

Fernandes, (2008) aponta que o próprio comportamento dos libertos na lavoura causou esta má impressão nos fazendeiros, que na possibilidade de substituí-lo pelo imigrante, o fazia sem receios. A grande maioria dos libertos que perderam suas vagas na lavoura para os imigrantes, migraram para os centros urbanos em busca de trabalho.

3.2 – O TRABALHO NA ZONA URBANA

A historiografia aponta a presença maciça de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho livre em São Paulo no pós – abolição, como podemos perceber no fragmento abaixo. Nele Theodoro (2008) nos diz que os imigrantes ocupavam quase que totalmente as vagas disponíveis nas indústrias.

“Na cidade de São Paulo, o crescimento urbano esteve ligado diretamente ao processo de industrialização, que começou nos últimos anos do século XIX, e que empregará quase que unicamente mão de obra de origem europeia, seja aquela saída das fazendas, seja a que chegava para trabalhar diretamente no espaço urbano. De acordo com dados disponíveis, no começo do século XX, 92% dos trabalhadores industriais na cidade de São Paulo eram estrangeiros, sobretudo de origem italiana.” (KOWARICK, op.cit, p.92 apud THEODORO, 2008, p. 31).

Theodoro (2008) nos faz indagar o porquê não se contratar os egressos da escravidão ou trabalhadores nacionais para ocupar as vagas na indústria que crescia aceleradamente em São Paulo, e o porquê da necessidade de importar a mão de obra se ela existia aqui em abundância?

Não existe apenas uma resposta para ser analisada, mas sim, algumas interpretações. Theodoro (2008) cita Celso Furtado que faz sua análise das características do ex – escravo que o desqualificariam para o trabalho livre:

“O homem formado dentro deste sistema social (a escravidão) está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas “necessidades”, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país” (FURTADO, 1970 apud THEODORO, 2008, p. 35).

Com relação à visão de superioridade do europeu sobre o negro, Moura (1988) vai mais longe, dizendo que foi um esteriótipo criado para explicar a dificuldade que o negro teve para se inserir na nova sociedade e cita também Celso Furtado.

Para Furtado, o sistema de produção escravista deformou seu agente de trabalho, o que causou a segregação desta grande massa que vinha egressa da escravidão e a sua substituição pelo imigrante europeu. A grande corrente imigratória também foi fator fundamental para a exclusão do negro na nova economia. A visão que a elite tinha do liberto e a possibilidade de se contratar imigrantes europeus para o trabalho resultaram na marginalização do negro na nova

sociedade.

“Sem embargo, é exatamente por essa época que tem início a formação da grande corrente migratória europeia para São Paulo. As vantagens que apresentava o trabalhador europeu com respeito ao ex – escravo são demasiado óbvias para insistir sobre elas” (FURTADO, 1959 apud MOURA, 1988, p. 82).

Moura, (1988) ainda continua expondo a visão de Celso Furtado:

“Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país.” (FURTADO, 1959 apud MOURA, 1988, p. 82).

Theodoro (2008) também menciona a formação da mentalidade capitalista e eurocêntrica das elites, que colocava a mão de obra europeia como superior em relação à do liberto. Além do mais, as fugas frequentemente organizadas nos anos anteriores à abolição contribuíram para a formação dessa visão em relação ao liberto, a rebeldia do negro veio para alimentar a ideia de que a “mão de obra negra era indolente e inapta para a relação assalariada, bem como para reforçar a ideologia do embranquecimento” (THEODORO, 2008, p. 36).

Como já mencionado no capítulo anterior, grande parte dos ex – escravos que perderam sua colocação na lavoura para os imigrantes, se deslocaram para os centros urbanos e nas cidades com eles levaram sua “reputação desabonadora, que iria bani-los do mercado urbano de trabalho ou forçá-los a lutar, arduamente na orla das ocupações indesejáveis ou insignificantes.” (FERNANDES, 2008, p. 90).

Para Fernandes (1959), o processo de reabsorção do liberto no novo sistema de trabalho, onde este só conseguia se inserir nas colocações mais humildes e mal remuneradas, se deve pelo seu passado de escravo, nada tendo haver com a “constituição biopsíquica dos negros” (FERNANDES, 1959). Ou seja, o liberto fica maculado ou estigmatizado pela escravidão.

Moura (1988) critica essa visão sobre o passado do escravo ou herança da escravidão. Para ele, essa era uma ideia que a elite havia formado para barrar a inserção do negro na nova sociedade que se formava.

“A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra...” (Moura, 1988, p. 70).

Existia uma diferença no comportamento do ex – escravo em relação ao imigrante, enquanto para o primeiro, o que contava era a liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar com dignidade, o segundo, apesar de não aceitar o trabalho que o desqualificasse moralmente, cumpria à risca o contrato, usando o seu trabalho em primeiro lugar para poupar dinheiro e se realizar na nova terra e esse fator era um diferencial entre os dois agentes de trabalho. O que importava para o contratante era o rendimento da sua mão de obra. (FERNANDES, 2008).

Os libertos que vinham do interior para a cidade em busca de um modo de vida, acostumados com o trabalho no campo, não conheciam as formas de trabalho urbana e geralmente tinham que fazer serviços que apareciam ou não desejavam, e não podiam fazer exigências, pois mesmo os serviços mais modestos eram disputados pelos italianos.

“O negro tinha de agir com grande oportunismo, “aceitando o que aparecesse”, e quase sem fazer exigências. Servir de carregador, aceitar serviços de limpeza de casas, entregar folhetos ou transportar cartazes, trabalhar nas cavalariças, como serviçais nas pensões ou como ajudantes de pedreiros, de carpinteiros, de pintores, etc.”(FERNANDES, 2008, p. 91).¹

Fernandes (2008) coloca em relevo um fator importante que também deve ser colocado neste trabalho que é a diferença que existia entre os libertos que vinham da casa grande e dos que vinham da lavoura. Para os primeiros, muitos fatores contribuíram para que eles conseguissem colocações melhores em relação aos segundos. O contato próximo com os seus senhores contribuíram para que tivessem uma melhor educação, instrução, roupas melhores (doadas de seus senhores), proteção ou apadrinhamento, que facilitaria sua inclusão no mercado de trabalho e na sociedade no pós – abolição. Em contraste com os negros que vinham da casa grande estavam os egressos da lavoura. Para estes, a transição do trabalho escravo para o livre foi imensamente sofrível, pois não possuíam nenhum dos benefícios que o contato próximo com o branco proporcionava, muito pelo contrário, a maioria analfabetos, mal vestidos, com maneiras rudes, e sem nenhuma proteção, esses libertos foram jogados à própria sorte, compondo “a camada mais desqualificada e paupérrima da população negra.” (FERNANDES, 2008, p. 94). Uma observação que

¹ Em nota explicativa, Fernandes (2008) nos diz que existe uma lacuna na documentação histórica sobre a situação econômica do negro neste período e sua pesquisa foi feita com base em entrevistas com pessoas que relatavam suas lembranças, através da tradição oral.

deve ser feita em relação a esses fatos é o número de libertos egressos da casa grande, este era ínfimo em relação à grande massa que vinha da lavoura.

Moura (1988) nos diz que ao mesmo tempo em que ocorre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, também está no auge o movimento pelo branqueamento ou embranquecimento, que colocava o negro representando “a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista.” (MOURA, 1988, p. 79).

Ortiz (1994) dedica dois capítulos de seu livro para explicar esse movimento. O autor analisa as obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, autores precursores dessas ideias e do que era considerado Ciências Sociais no Brasil nos fins do século XIX e início do século XX que, com suas obras influenciaram a mentalidade da elite brasileira.

Esses autores, tentam explicar o atraso da civilização brasileira em relação à europeia baseando-se nos princípios dessas teorias racistas que defendiam a superioridade da raça branca.

“as raças superiores se diferenciam das inferiores, no contato inter racial e na concorrência social vence a raça superior, a história se caracteriza por um aperfeiçoamento lento e gradual da atividade psíquica, moral e intelectual...dentro desta perspectiva o negro e o índio se apresentam como entraves ao processo civilizatório” (ORTIZ, 1994, p. 20).

A difusão dessas doutrinas que defendiam a inferioridade racial do negro entre as elites e o próprio governo republicano, também foram fatores fundamentais que provocaram a exclusão do negro no mercado de trabalho livre.

3.3 – A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

É muito importante falarmos da mulher negra liberta neste processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo Fernandes (2008), a mulher egressa da escravidão teve maior facilidade em relação ao homem para se inserir no mercado de trabalho. Nas zonas urbanas, o trabalho doméstico não teria sido tão degradado pela escravidão quanto o trabalho na lavoura e a mulher que trabalhava como doméstica encontrava estabilidade nas casas de família nas cidades, além de não sofrer concorrência com a imigração neste setor.

“Por causa de sua integração à rede de serviços urbanos, é a mulher (e não o homem) que vai contar como agente de trabalho privilegiado não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim, com um meio de vida”(FERNANDES, 2008, p. 83).

Segundo Fernandes (1959), devido a essa diferença entre o homem e a mulher para conseguir uma colocação no mercado de trabalho, surgem as ideias preconceituosas que apontam o homem inclinando-se à vagabundagem e explorando suas companheiras.

É por causa da grande dificuldade enfrentada pelo homem liberto para inserir-se no mercado de trabalho nesta fase de transição que a solução emergencial para a sobrevivência foi o apoio das companheiras que conseguiam proporcionar alimentação, alojamento e dinheiro para as despesas, mesmo que fosse um mínimo para a manutenção da família. Em muitos casos essa situação era passageira, mas havia também casos em que o homem perpetuava essa situação, se entregando ao ócio por não conseguir transpor as barreiras erguidas pela sociedade. (FERNANDES, 2008).

Apesar da importância da mulher nesta fase de transição, poucas linhas são dedicadas a ela na bibliografia estudada. Geralmente se fala do liberto num contexto geral, não separando o homem da mulher, mas como pudemos ver, a mulher foi um elemento primordial na questão da sobrevivência da família negra, quando toda essa população se encontrava desestruturada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abolição foi resultado da resistência dos negros à escravidão. A princípio com atos individuais ou de pequenos grupos isolados, mas que já causavam problemas para os senhores de escravos.

Com a expansão do movimento abolicionista, as fugas tomam maiores proporções, desorganizando o sistema de trabalho vigente nas fazendas.

Podemos perceber que, enquanto não existe mão de obra para substituir os negros, os fazendeiros fazem concessões para manter os seus escravos, ou quando estes se evadiam, os senhores negociavam com escravos foragidos o trabalho assalariado.

Simultaneamente com esta fase de reivindicações dos negros também se consolida o movimento imigrantista na Assembleia Legislativa de São Paulo, que concede benefícios para favorecer a vinda de imigrantes para o trabalho na lavoura. Com a entrada cada vez maior de imigrantes em São Paulo, os fazendeiros tem a possibilidade de substituir a mão de obra do negro pela do imigrante.

Ficou entendido através desse estudo na zona rural que o ex – escravo foi “punido” pela sua rebeldia. Para os senhores de escravos, a reivindicação destes por sua liberdade era um ato de ingratidão, queriam a liberdade para viver no ócio, não queriam trabalhar. Esses fazendeiros não admitiam a mudança do modo de produção, que foi feita à força pelas mãos dos escravos e, com a chegada dos imigrantes, o problema da mão de obra na lavoura estaria solucionado. O negro é simplesmente descartado, pagando um alto preço por ter conquistado seu objetivo, a liberdade.

Se na zona rural, o sistema de trabalho é desestruturado para se estruturar no pós – abolição com os imigrantes, na zona urbana acontece o contrário, a população negra, que perde sua ocupação na lavoura ou que procura outro modo de vida que não tenha sido depreciado pela escravidão, migra para os centros urbanos, ficando a grande maioria marginalizada, conseguindo apenas trabalhos esporádicos e pouco compensadores.

Em 1871, a promulgação da Lei do Ventre Livre concede alguns benefícios aos escravos, além da libertação do ventre, como o direito de trabalhar para si nas

horas de folga, para a formação de um pecúlio a fim de que o escravo possa comprar a sua alforria.

Muitos escravos conquistaram a liberdade principalmente nos centros urbanos fazendo essa dupla jornada, sem folga para se verem livres da escravidão. O grande número de libertos na cidade de São Paulo é resultado principalmente deste fator.

A análise do censo de 1872 nos mostra a diversificação das funções de escravos e trabalhadores livres em São Paulo no período pré – abolição. Através desses dados podemos deduzir que a distribuição do trabalho na zona urbana de São Paulo estava organizado até então.

Já no período pós – abolição, a maior parte das vagas nas zonas urbanas eram ocupadas por estrangeiros. O negro que perdera seu lugar nas fazendas agora também fica sem lugar na cidade, o escravo que trabalhava sem folga para comprar a sua alforria agora era acusado de gostar do ócio.

A resposta que permite o entendimento desses fatos está na formação da mentalidade das elites. Para a elite da época, a culpa pela dificuldade de integração do liberto no novo sistema econômico era dele próprio, devido a todas as desqualificações já mencionadas em todo o trabalho, mas foi a própria sociedade que ergueu barreiras para a inclusão do negro no regime assalariado com a importação de imigrantes e a substituição da mão de obra.

Podemos perceber nas transcrições dos debates sobre a imigração no parlamento que as argumentações dos imigrantistas não possuem nenhum fundamento quando se fala do liberto. Apenas diziam: “não trabalham porque são vadios” ou “eles é que não querem trabalho” e quando não encerram a discussão por aí, qualquer projeto que favoreça o nacional vira motivo de chacota e risos.

Para concluir este trabalho, exaltamos a opinião de Moura (1988) que afirma que a herança da escravidão estava na mentalidade das elites. Para as nossas elites, os negros eram culpados sim, por enfrentar todo um sistema escravista com as únicas armas que possuíam, sua rebeldia. No entanto, pagaram um preço muito alto por tamanha afronta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**: O negro no imaginário das elites século XIX. 3ª ed. São Paulo: Anablume, 2008.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1959.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. Série Fundamentos.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª ed. São Paulo: brasiliense, 1994.

THEODORO, Mario (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro e SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. 2ª ed. Brasília: Ipea, 2008.

_____. *Correio Paulistano*, São Paulo, 15/05/1888. n° 9511, capa.

ANEXO

Anais da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 1870

Escobar – Se por ventura se quer favorecer ou proteger com tanto empenho os estrangeiros que vierem para nosso país, e aqui comprarem ou arrendarem terras, pergunto eu, por que não há uma ideia sequer, que tenda a proteger os nossos patrícios...

Scipião – Apoiado, muito bem.

Escobar – ...ou os nacionais que comprarem ou arrendarem terras para lavrar? Pois, porventura, os nossos patrícios...

Rodrigo da Silva – No projeto de colonização seria bonita essa ideia.

Escobar – É questão de nome, eu queria antes que se mudasse o título, que se tratasse de braços para a lavoura. (...) Mas por que razão se despreza a classe de nossos patrícios...

Fonseca – Quem despreza?

Escobar – Para se dar importância unicamente aos estrangeiros?

Rodrigo da Silva – Quem despreza?

Escobar – Eu não vejo da parte dos nobres deputados a menor pretensão de beneficiar nossos patrícios. (...) Entendo que esta classe deve ser aproveitada, porque, uma vez que assim o seja, produzirá maior soma de benefícios à lavoura do que a classe estrangeira. Olhe-se, senhores, para o estabelecimento agrícola que possui o Sr. Major Fidalgo, no distrito de S. José, custeado somente com braços livres nacionais, e ver-se-á os resultados a que poderão chegar medidas que tenham a aproveitar nossos braços livres, de preferência aos estrangeiros. Entretanto, esta ideia salutar é esquecida pelos nobres deputados!

Rodrigo da Silva – Mas por que o nobre deputado não apresenta esta ideia salutar? Dessa maneira não se aumentava os braços, dava-se aplicação aos que já existem.

Escobar – Aumentava-se, porque eles não trabalham atualmente na lavoura.

Pacheco Jr. - Não trabalham porque são vadios.

Escobar – Eu desejava que os nobres deputados, antes de cuidar de atrair braços estrangeiros para o nosso país, tratassem de educar os que nós temos, habituando-os ao trabalho, seria isto mais humano e até patriótico.” (ALPSP, 1870, p. 438 apud AZEVEDO, 2008, p. 116 – 117).

Anais da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 1885

“Art. Único. A lei n. 28, de 9 de março de 1884, será executada com a seguinte alteração:

§1. Com as mesmas vantagens decretadas em favor dos imigrantes que vierem a esta província, à exceção das concedidas a título de passagem, serão concedidos lotes de terras nos núcleos coloniais criados pela lei a brasileiros casados ou com filhos ou que tiverem em sua companhia mãe ou irmãos menores, que aí quiserem se estabelecer por falta de estabelecimento próprio.” (ALPSP, 1885, p. 254 apud AZEVEDO, 2008, p. 145)

“João Bueno – Sr. Presidente, não acho razão para que, tratando nós de aumentar a população laboriosa da província, os seus braços de trabalho, lancemos ao desprezo os nossos patrícios.

Visconde de Pinhal – Eles é que nos lançam ao desprezo, não querem trabalhar.

João Bueno – Há muitas famílias brasileiras que vivem à míngua, que lutam com dificuldade, que não tem um palmo de terra onde possam exercer sua atividade, por que não havemos de aproveitá-las, animá-las, dando-lhes meios de trabalho?

A Queiroz – Eles é que não querem trabalho.

João Bueno – (Após explicar os termos de seu projeto) (...) É (...) um meio que oferecemos para chamar ao trabalho essa gente que os nobres deputados dizem que foge dele.

A Queiroz – O que falta a essa gente é educação para o trabalho.

João Bueno – Pois isso é também um meio de educá-los no o trabalho.

Sr. Presidente, vejo de antemão que a minha emenda está reprovada pelos nobres deputados (não apoiados), (...) os nobres deputados parecem que querem substituir no todo nossa população pela estrangeira, desprezar, fazer como que desaparecer a nacional.

A Queiroz – Queremos o cruzamento.

João Bueno – Pois então aceite a minha emenda, que favorece o cruzamento. (risadas).” (ALPSP, 1885, p. 77 – 8 apud AZEVEDO, 2008, p. 146 – 147).